COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 1.095, DE 2003

Institui a abertura de todas as escolas públicas da Federação aos sábados, domingos e feriados.

Autor: Deputado Lincoln Portela

Relator: Deputado Chico Alencar

I - RELATÓRIO

A proposição em epígrafe dispõe-se a estabelecer a obrigatoriedade de todas as instituições de ensino básico funcionarem nos finais de semana e feriados, para oferta de palestras, atividades recreativas, culturais, esportivas e de lazer, em geral.

As mencionadas atividades, que se destinam à comunidade, pais, alunos e professores, serão monitoradas por estudantes universitários, com direito à remuneração subsidiada pelo Governo Federal.

Cabe, nos termos do Regimento Interno desta Casa, à Comissão de Educação e Cultura (CEC) examinar a matéria quanto ao mérito educacional e cultural.

Durante o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A iniciativa que ora examinamos tem o louvável intuito de propor instrumento que venha enriquecer o papel essencialmente educativo das instituições de ensino públicas, ao transformá-las em espaços de lazer, cultura e integração comunitária.

No entanto, criar a obrigatoriedade de tais instituições funcionarem aos finais de semanas e feriados é medida que fere o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece, em seu art. 8º, § 2º, que: “os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei”.

Ao elaborar o referido dispositivo, o legislador deixou claro que estabelecer normas para a gestão das escolas é competência dos responsáveis por sua manutenção e funcionamento, ou seja, dos sistemas de ensino. Dessa forma, obedecidas as diretrizes gerais da educação nacional, por meio da liberdade de organização de que gozam, cada sistema deve procurar a forma mais adequada de funcionamento, com propósito de melhor atingir seus objetivos e resguardar as diferenças regionais.

Não cabe, portanto, a uma lei federal estabelecer norma que padronize o horário de funcionamento das escolas estaduais e municipais, ou determinar em que dia tais escolas devem abrir. Cabe, sim, aos Estados e Municípios definir orientações nesse sentido.

No mais, os próprios estabelecimentos de ensino, segundo o art. 12, da mesma LDB, respeitadas as normas comuns e as do sistema a que pertencem, já têm a incumbência de *articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola*. Tal dispositivo já garante às escolas a possibilidade de oferecer, aos finais de semana e feriados, atividades de integração, cultura e lazer voltadas para a comunidade.

Diante do exposto, embora reconheçamos o meritório intuito do Deputado Lincoln Portela, autor da proposição em exame, entendemos que a medida proposta não encontra amparo na legislação educacional brasileira.

Votamos, portanto, pela rejeição do PL nº 1.095, de 2003.

Sala da Comissão, em 20 de maio de 2004.

Deputado Chico Alencar
Relator